

# A DIVULGAÇÃO DA REFORMA EDUCACIONAL NO DIÁRIO DE BAURU (1972-1973)

## THE DISSEMINATION OF EDUCATIONAL REFORM IN THE DIÁRIO DE BAURU (1972-1973)

Nathalia de Assis Silva<sup>1</sup>  
Roger Marcelo Martins Gomes<sup>2</sup>

1. Mestranda em Educação Escolar - UNESP/Campus Araraquara. Especialista em História, Cultura e Poder da Universidade do Sagrado Coração, Bauru/SP. (nathalia.assis.silva92@hotmail.com)

2. Doutor em História- UNESP/Campus Assis. Professor e coordenador do curso de Licenciatura em História da Universidade do Sagrado Coração e professor do curso de Especialização em História, Cultura e Poder da mesma instituição. (roger.monsarros@gmail.com)

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.

### RESUMO

Em meio a um dos projetos políticos brasileiros mais repressivos, a Ditadura Militar (1964-1985), a educação passou por reformas, como a implantada pela Lei 5.692/71. O presente trabalho teve o objetivo de analisar a divulgação na imprensa bauruense, o Diário de Bauru, de modo como foram descritos os procedimentos de implantação da lei citada, que alterava a estrutura organizacional dos anos iniciais do Ensino Primário (grupo escolar) e Secundário (ginásio e colégio), para a transição da nomenclatura de Ensino de 1º e 2º graus. Portanto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a reforma educacional na década de 1970 e a imprensa do município no mesmo período, seguido da análise documental de tais fontes, tanto de artigos jornalísticos presentes no Diário de Bauru, como também anúncios propagandísticos sobre a escola secundária, assim estabelecendo uma relação entre os interesses políticos mediado pelo

Recebido em: 10/01/2019  
Aceito em: 04/04/2019

instrumento-chave que era a imprensa em plena ditadura militar de tornar a educação básica como ferramenta para atender as demandas mercadológicas.

**Palavras-chave:** Reforma Educacional. Ditadura Militar. Lei 5692/71. Diário de Bauru

## ABSTRACT

During one of the most reprehensible Brazilian political projects, the Military Dictatorship (1964-1985), education underwent reforms, as the one implemented by Act 5.692 / 71. The present work had the objective of analyzing Bauru 's press release in the "Diário de Bauru", in order to describe the procedures for implementing the aforementioned law, which altered the organizational structure of the initial years of primary school (secondary school) and secondary school (gymnasium and college), for the transition of the nomenclature of Education of 1° and 2 degrees. Therefore, a bibliographic survey was carried out on the educational reform in the 1970s and the municipal press in the same period, followed by the documental analysis of such sources, both journalistic articles present in the Diário de Bauru, as well as propagandist advertisements about secondary school , thus establishing a relationship between political interests mediated by the key instrument that was the press in full military dictatorship to make basic education as a tool to meet market demands.

**Keywords:** Educational Reform. Military dictatorship. Act 5692/71. Diário de Bauru

## INTRODUÇÃO

Na década de 1970, a política educacional brasileira propôs uma reforma na organização escolar, que alterava as dinâmicas estruturais e ideológicas no então ensino primário e no ensino secundário do país, previsto na lei 5.692/71.

Para compreender o processo de implantação da lei citada e a conjectura política, se fez necessário observar o período republicano, no qual antecede o período militar, sendo o então recorte da pes-

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.

SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

quisa, isto é, especificamente os anos de 1972 a 1973, uma vez que os artigos jornalísticos expostos no Diário de Bauru sobre a reforma educacional datam efetivamente de tais anos.

Diante do contexto apresentado, a questão problema norteadora do presente estudo é: Como foi divulgada a Lei 5.692/72 no Diário de Bauru, com o foco no Ensino Secundário do município?

Para tanto, recorre-se, às definições de Souza (1998), a configuração de ensino apresentada na República, era a de salvação do povo, tornando os grupos escolares e ginásios (escola primária e secundária), um importante veículo propagador dos valores da época, que levantavam a bandeira do entusiasmo pedagógico, visando a maior participação política e desenvolvimento do Brasil, ou seja, buscavam diminuir as taxas de analfabetismo, através de um ensino público, descentralizado, laico e com apropriação de uma educação científica e racional.

Ao longo dos anos, as escolas construídas pela República começaram a apresentar sinais de ruínas, uma vez que a proposta inicial já não estava mais atendendo as necessidades sociais, e vinha com uma crescente cultura urbano-industrial. Como consequência disso, havia urgência em qualificar-se, isto é, possuir mais adequação profissional através de mais tempo de instrução escolar.

Além do enfrentamento do crescente êxodo rural, outros obstáculos foram aparecendo ao longo do caminho: como a falta de condição material, o despreparo dos professores, a alta seletividade do ensino e os métodos antiquados que já não correspondiam mais com o perfil de aluno atendido.

Ainda sob a ordem do Estado Novo, em 1942 iniciou a Reforma Capanema, criada pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, denominada de Leis Orgânicas de Ensino, estabelecendo a maior influência do governo na educação de modo que a mesma estaria a serviço da nação. Dentre os níveis de educação, a Reforma privilegiou o ensino secundário, associado ao profissionalismo técnico.

Hilsdorf (2006) prossegue dizendo que anos mais tarde, em 1946, sob vigência do Governo Provisório, a partir do Decreto da Lei Orgânica, os ensinos Primário e Normal são novamente estruturados, seguindo os ideais propostos pelos Pioneiros da Educação, sustentando o projeto de educação para todos.

Os debates sobre as políticas educacionais continuaram em andamento, entretanto, apenas em 1961 desencadeou discussões mais significativas que culminaram na Lei de Diretrizes e Bases

(4.024/61), cujo texto apresentava alterações principalmente no currículo base, na tentativa de democratizar o ensino e implantar princípios tecnicistas para atender os interesses de mercado. Todavia o Estado também atendia a escola privada investindo os recursos financeiros para tais instituições de ensino. Dessa forma, essa lei foi alvo de críticas para os educadores da época.

Diante de um cenário de transição política, o setor educacional foi alvo de intensas mudanças, sendo objeto fecundo para a realização dessa pesquisa, que pretende estudar a reforma do ensino secundário na cidade de Bauru na década de 1970, auge do período ditatorial. Para isso, inicialmente tomando por base a literatura sobre a temática, será analisado o sistema escolar paulista de maneira abreviada. E em seguida, será investigada a repercussão na imprensa sobre tal reforma, a partir da fonte documental primária: o jornal Diário de Bauru.

## A Reforma da Educação Básica no Brasil

Para iniciar a pesquisa sobre a Reforma no Ensino Básico, especificamente no Ensino Secundário, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico, no qual se delimitou algumas obras devido à quantidade de autores que dedicam seus estudos para o tema: SOUZA (1998; 2009); HILSDORF (2006); ARANHA (2006) e BITTENCOURT (1989).

O conceito de Ensino Secundário parte da definição de Silva (1969, p. 19) “literalmente, a expressão ensino secundário designa um grau ou nível do processo educativo, e, dessa forma, teria ela o significado de ensino médio, de segundo grau ou pós-primário”. A definição da origem do conceito foi desenvolvida na Revolução Francesa, quando compreendia o ensino secundário como um tipo de ensino, promovido em diversas instituições como liceus, colégios, ateneus, ginásios, entre outros. (ZOTTI, 2005).

No contexto brasileiro, desde o período colonial, passando pelo Império, anterior à denominação propriamente dita, o Ensino Secundário tem caráter elitista e pautado em fundamentos clássico-humanistas, como aponta Zotti:

[...]sua finalidade social está diretamente ligada à formação educativa das minorias, ou seja, um ensino voltado à classe economicamente dominante. Seu objetivo pedagógico tem sido o de proporcionar uma “cultura geral”, que se vinculou até certa época ao currículo das humanidades clássicas e

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.

SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

foi se modificando como resposta às novas exigências socioeconômicas, incorporando os estudos das ciências e das humanidades modernas, mas com caráter desinteressado e intelectualista, como meio de acesso ao ensino de nível superior. (ZOTTI, 2005, p. 30).

Essas características estarão presentes também no sistema escolar durante a Primeira República, como indicadas no decorrer do texto.

Destaca-se o sistema escolar no Estado de São Paulo, uma vez que nenhuma outra unidade federativa investiu tanto para a consolidação das reformas educacionais como a educação paulista. (SOUZA, 1998)

Com relação à cultura escolar durante a primeira Reforma Educacional na República, que antecede o período da ditadura militar, Souza (1998) faz uma descrição:

Quando essa nova modalidade de escola primária foi criada no Estado de São Paulo, no início da década de 1890, ela representou uma das mais importantes inovações no ensino. Tratava-se de uma organização administrativa e pedagógica mais complexa concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho. Assim, a racionalidade pedagógica fundamentava-se na classificação dos alunos, no estabelecimento de um plano de estudos e na determinação da jornada escolar, resultando em um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme. (SOUZA, 1998, p. 16).

Apesar da proposta republicana ter sido um projeto político de educação para todos, apresentava ainda características restritivas, na qual era visível principalmente o ensino secundário, voltado para a elite como indica Aranha (2006):

O ensino secundário, privilégio das elites, permanecia acadêmico e propedêutico – voltado para a preparação ao curso superior – e humanístico, apesar dos esforços dos positivistas para reverter este quadro. Persistia, portanto, o sistema dualista e tradicional de ensino. (ARANHA, 200, p. 298-299).

A educação na República enfrentou alguns percalços para consolidar o sistema de escola graduada e “mais acessível”, todavia diversos setores sociais estavam de acordo em uma questão: “embora existissem certas divergências entre eles [intelectuais que atuavam em órgãos públicos, militantes católicos e militares], era consensual a necessidade de um projeto nacionalista visando homogeneizar a cultura escolar.” (BITTENCOURT, 1989, p. 168)

Para formalizar a proposta de homogeneização da cultura escolar, era preciso renovar prédios escolares, métodos e práticas dos

profissionais dentro da escola. Foi necessária a construção de “grandiosos e exuberantes” prédios escolares, “dessa forma, os edifícios dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver!” (SOUZA, 1998, p. 123)

Vale ressaltar outras dificuldades encontradas, para assegurar o projeto de ensino e arquitetônico a partir do que o governo pretendia implantar, devido às discrepâncias entre as realidades administrativas e financeiras de cada região, como eram apontadas com frequência em relatórios feitos pelos inspetores de ensino.

Segundo Souza (1998), entre as ocorrências citadas nos relatórios, pode-se destacar: o não cumprimento na racionalização do tempo, as relações entre os profissionais na educação, marginalização de alunos negros (baixa oferta de matrículas para os alunos afrodescendentes), as altas taxas de repetência e evasão dos alunos, com isso promovida ao longo do tempo começou a decorrer questionamentos sobre a eficácia de tal sistema educacional, devido à falta de uniformidade e à dificuldade de colocar em prática o programa proposto.

Com esses indícios descritos acima, as grandiosas escolas republicanas vão aos poucos desmoronando e dando brecha para o debate da necessidade de um novo modelo de educação para atender o perfil populacional que vinha surgindo, isto é, uma população mais urbana, que precisava de maior qualificação (escolarização) a fim de suprir as vagas no mercado de trabalho.

Logo, na década de 1930 com a crise do modelo oligárquico, o então ministro da educação e saúde, Francisco Campos, criou a lei de organização do ensino. A reforma Francisco Campos (1931) estabeleceu a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial:

O ensino secundário passou a ter dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos, este último visando à preparação para o curso superior. Pretendia-se, assim, evitar que o ensino secundário permanecesse meramente propedêutico, descuidando-se da formação geral do aluno. (ARANHA, 2006, p. 305).

Embora algum avanço na educação pudesse ser percebido por meio da Reforma, ainda faltava articulação entre o curso secundário e o comercial, por conta da rigidez dos programas, o que concretizava seu caráter elitista.

Na mesma década, porém sob vigência do Estado Novo (1937-1945), no qual Getúlio Vargas governava como ditador, iniciou em

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.

SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

1942, a Reforma Capanema, com a denominação de Leis Orgânicas de Ensino, decretadas pelo ministro da educação, Gustavo Capanema, que reestruturou o ensino primário, secundário e curso de formação para professores. Além de decretar a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e anos seguintes a criação do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), isto é, setores particulares ofereciam o ensino profissional para a população.

Em 1946, com a queda de Vargas e a atuação do Governo Provisório, é promulgada a Constituição e ideias inspiradas pelos pioneiros da Educação, retomando as propostas por eles defendidas, tais como a estruturação do ensino e a ampliação ao acesso dos alunos.

[...] os debates na Assembleia Constituinte de 1946 foram pautados segundo os alinhamentos ideológicos mais amplos concernentes aos direitos da Igreja e do Estado sobre a educação- revestidos de disputas em torno do ensino público *versus* o ensino privado -, configurando-se como “momento de luta entre os pioneiros e os católicos”. Simultaneamente postergava-se para a futura etapa da aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) as principais definições da política educacional nacional. Essa espera duraria 15 anos. (HILSDORF, 2006, p. 109-110).

Com relação à Lei de Diretrizes e Bases, para compreender o contexto no qual foi inserida é preciso observar o cenário político na década de 1960, o qual a autora Hilsdorf (2006) apontou que o mundo vivenciava grandes tensões, pois estava polarizado a Guerra Fria, causando preocupações em toda a política internacional, inclusive para o Brasil. Uma vez que, o então presidente Jânio Quadros teve um governo breve, de apenas oito meses, terminando com sua renúncia, e a posse de seu vice, João Goulart.

Esse processo se deu, pois Jânio não agradou as Forças Armadas, setores sociais e até mesmo demais políticos apoiadores, visto que, as medidas tomadas no âmbito econômico foram insustentáveis para superar a inflação, e como consequência agravou drasticamente a situação da nação. Com isso, Goulart no poder, assumiu uma postura esquerdista e foi acusado de comunista por partidos conservados - União Democrática Nacional (UND) e o Partido Social Democrático (PSD), logo outras instituições que pregavam o conservadorismo, se alarmaram e se organizam para tomar o poder, isto é, os militares das Forças Armadas, Igreja Católica e influência de agências americanas, deram o fatídico golpe de Estado em 31 de março de 1964.

A situação refletiu significativamente na educação nacional, como indica Aranha (2006):



No Brasil, a tendência tecnicista foi introduzida no período da ditadura militar, nas décadas de 1960 e 1970, e prejudicou sobretudo as escolas públicas, uma vez que nas boas escolas particulares essas exigências foram contornadas. Uma das consequências funestas foi a excessiva burocratização do ensino, porque, para o controle das atividades, havia inúmeras exigências de preenchimento de papéis. Evidentemente, essa tendência ignorava que o processo pedagógico tem sua própria especificidade e jamais permite a rígida separação entre concepção e execução do trabalho. (ARANHA, 2006, p. 315).

A proposta de educação elaborada pelos militares estava pautada em estreitar os laços com organismos americanos, a fim de angariar fundos para implementar a reforma de ensino.

Diversos acordos, realizados desde o golpe de 1964, só vieram a público em novembro de 1966. Foram os acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*), pelos quais o Brasil receberia assistência técnica e cooperação financeira para implantação da reforma. A partir daí, desenvolveu-se uma reforma autoritária, vertical, domesticadora, que visava a atrelar o sistema educacional ao modelo econômico dependente, imposto pela política norte-americana para a América Latina. (ARANHA, 2006, p.316).

Dentre as reformas educacionais, a que causou mais impacto foi a Lei 5.692/71, como reitera Germano (2000, p. 159) “O ciclo de reforma da educação brasileira se estende também, para o ensino primário e médio, cujo marco principal é a Lei 5.692/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.”

Tal reforma modificou o ensino, uma vez que extinguiu os exames de admissão, tornando o ensino ampliado, pois o aluno do antigo ensino primário (1º grau) passaria diretamente para o ginásial (2º grau), portanto a educação obrigatória expandiria de quatro para oito anos. Além disso, houve a tentativa de unir a escola secundária com a escola técnica, no intuito de habilitar o indivíduo para uma profissão. Como disposto no artigo 1º da Lei nº 5.692/71, assinada pelo então ministro da educação Jarbas Passarinho: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. (BRASIL, 1971)

Com o currículo reformulado, sendo mais conciso de modo que atendessem a ideologia do período, no qual disciplinas que promoviam o pensamento crítico-reflexivo do aluno foram suprimidas, em contrapartida matérias voltadas para a profissionalização e controle moral foram adotadas com mais recorrência:

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.



SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

[...] matérias obrigatórias foram incluídas Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programa de Saúde e Religião (esta era obrigatória para o estabelecimento e optativa para o aluno). Com as alterações curriculares, algumas disciplinas desapareceram “por falta de espaço”, como Filosofia, no 2º grau, ou foram aglutinadas, com História e Geografia, que passaram a constituir os Estudos Sociais, no 1º grau. (ARANHÁ, 2006, p.3018).

O recorte inicial buscou compreender a situação política e socioeconômica que exerceu influências no ambiente escolar dentro do período republicano, e como tais processos desembocaram para consolidar o sistema educacional posterior, a educação militar, por meio da ruptura estrutural, curricular e ideológica através das reformas no ensino no início da década de 1970, tornando a Lei nº 5692/71 um determinante transformador para implantar a Educação Básica no Brasil.

## **A Reforma da Educação no Ensino Secundário no *Diário de Bauru***

Encaminhando o estudo para o seu eixo central, ressaltamos que os procedimentos metodológicos aderidos após o levantamento bibliográfico foi a observação e análise dos documentos primários, ou seja, a divulgação da Reforma Educacional para a população bauruense, no Diário de Bauru, disponível no acervo do Nuphis, na Universidade do Sagrado Coração, no qual reúne um rico e diverso material voltado para interesses acadêmicos.

O uso de jornais como fonte histórica aceita pelos estudiosos da área, começou a partir da década de 1930 na França, com a Escola dos *Annales*, denominada História Nova, cujo objetivo era romper com padrões estabelecidos pela História Tradicional, tendo como pontos de alvo: os temas estudados (principalmente, na perspectiva cultural), interdisciplinaridade, novos procedimentos metodológicos e voltar o olhar para a história de baixo, isto é, não apenas o relato dos vencedores (LUCA, 2008).

O estudo com o foco na imprensa, precisa partir de um pressuposto amplo, portanto se faz necessário tomar os devidos cuidados para não cair no reducionismo ingênuo de focar apenas em trechos que confirmam as hipóteses pré-estabelecidas e/ou não tentar compreender as questões extratextuais, como o período, o grupo editorial e seus interesses. Como alerta Luca (2008): “o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa.”

## *Diário de Bauru* como fonte histórica

Para compreender a Reforma da Educação no Ensino Secundário pelas páginas do *Diário de Bauru*, foram apontadas algumas características sobre tal documento da imprensa municipal, pelo autor Célio José Losnak:

O “Diário de Bauru” foi criado por Nicola Avallone Jr., em 1946, com o objetivo de alavancar sua campanha política e conseguiu. Foi eleito deputado estadual, em 1956 assumiu como prefeito municipal e, depois, manteve dois mandatos na Assembléia Legislativa até 1970, quando afastou-se da política e vendeu a empresa. A hegemonia do “Diário” havia começado a declinar em 1967, momento de início de circulação do Jornal da Cidade que, após sua criação, ocuparia hegemonicamente o mercado jornalístico em Bauru (público e publicidade). Politicamente, ele também reuniria os caciques da política da época, filiados à Arena e liderados por Alcides Franciscato. Por isso, embora o DB fosse importante para entender os desdobramentos políticos e jornalísticos na cidade desde os anos 1950, para os períodos pós-1964 o JC é fundamental[...] (LOSNAK, 2007, p.5).

Losnak (2007), ainda ressalta a influência política exercida pelos proprietários dos dois maiores veículos de comunicação impressa da cidade no período estudado e toda a questão econômica vigente:

Em momentos diferentes, mas com continuidade, Avallone Jr. e Alcides Franciscato foram articuladores de um projeto sócio-político para Bauru que consistiu na busca da inserção da cidade no processo de industrialização modernizadora pelo qual passava o país no período JK e pós-64. A atração de indústrias na cidade era entendida como sinônimo de progresso. Nos anos 1960-1970, os dois jornais, DB e JC, exploraram intensamente textos em torno da indústria. Em alguns momentos, ela era considerada uma necessidade para a cidade, principalmente como meio de ampliação da capacidade de emprego, como alternativa de futuro. (LOSNAK, 2007, p.12).

O economista, político e proprietário do Diário de Bauru Nicola Avallone Jr. soube articular sua carreira de modo que seus interesses foram sendo alavancados pela mídia impressa. Tornando um veículo popular para atrair mais simpatizantes, confirmando as indicações feitas por Luca:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.

SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (LUCA, 2008, p.129).

Sendo assim, o enfoque será a análise de uma coletânea dividida em oito artigos, organizados por eixos temáticos com relação à Reforma de Ensino, presentes no Diário de Bauru, dos meses de dezembro a janeiro de 1972-1973, dispostos no Quadro 1.

Quadro 1: Conteúdos dos artigos sobre a Reforma da Educação na Educação Básica

Artigo nº	Conteúdo
1	Divulgação da Reforma de Ensino e seus princípios
2	Ampliação da escolaridade e fim do exame de admissão
3	Articulação do ensino com o mercado de trabalho
4	Dificuldades para efetivar a organização temporal, quadro de funcionários e material didático
5	Enfrentamentos para adequar as mudanças estruturais
6	Organização jurídico-administrativa
7	Promover vaga de emprego com apoio do setor privado
8	Finalização da exposição dos artigos

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2017)

Os artigos foram redigidos pelo professor Rodolpho Pereira Lima, de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras- FAFIL do Sagrado Coração de Jesus, de Bauru, entre o período de 17 de dezembro de 1972 a 05 de janeiro de 1973, e além de tais artigos também serão observados anúncios de cursos secundários profissionalizantes na cidade.

## **A Lei 5.692/71 pelo *Diário de Bauru***

A coletânea publicada no Diário de Bauru dispõe do seguinte modo: o primeiro artigo contempla a fala da Secretária de Educação, Dr<sup>a</sup> Esther Figueiredo Ferreira, realizada no dia 04 de outubro de 1972, na Assembleia Legislativa Estadual:

Devido tal matéria ser publicada no Diário Oficial do Executivo, o jornal desconhecido do grande público, e tratando-se de assunto a que todos de-

vem inteirar-se, por referir-se a reforma de ensino brasileiro, inclusive por estarmos vivendo o período difícil, isto é, a fase de implantação, a fase de transição, achamos oportuno divulgar em síntese e em forma de artigos, essa belíssima exposição que contém tudo a respeito dessa propalada quanto audaciosa reforma do ensino brasileiro. (Diário de Bauru, 11/12/1972).

Na apresentação descrita pelo professor Rodolpho, há sua justificativa diante da motivação para relatar na mídia impressa sobre as medidas deliberativas da reforma.

E prossegue seu texto, organizado por meio de tópicos, cujos princípios fundamentais sobre a lei de Diretrizes e Bases são mencionados pela Secretária Esther da seguinte forma: 1) Democratização educacional; 2) Corresponsabilidade solidária nas tarefas (Estado, família e empresas); 3) Planejamento integrado; 4) Racionalização dos investimentos; 5) Integração Vertical e Horizontal; 6) Universalidade do Ensino; 7) Valorização do Trabalho (capacitação profissional); 8) Descentralização institucional; 9) Educação permanente (ensino supletivo) e 10) Elevação progressiva do nível do magistérios.

No segundo artigo há uma explanação em relação à ampliação do acesso ao ensino, isto é, que a partir da lei 5.692/71 a escolaridade obrigatória duplicou sua duração, passando de quatro para oito anos.

Já no terceiro artigo, o ensino secundário é definido com mais detalhamento:

A educação de 2º grau, desenvolve-se em 3 ou 4 anos, constando de menos educação geral e mais formação especial, que se desenvolve, sobretudo, no sentido das habilitações profissionais segundo a Lei, ninguém deve terminar seus estudos de 2º grau sem alguma habilitação para o trabalho. [...] A reforma do ensino ajustando as habilitações à realidade brasileira vai dar isto que estávamos precisando: técnicos de nível médio. (28/12/1972).

A respeito da infraestrutura das escolas, seu entorno administrativo e técnico são apontados ao longo dos artigos sequenciais:

O artigo 4º corresponde à obtenção dos materiais didáticos que proporcionariam mais eficiência à proposta da Reforma, porém havia dificuldades para garantir tais recursos em todas as escolas, principalmente no que diz respeito ao ensino profissionalizante:

Artigo 4º- Quanto aos recursos didáticos-pedagógicos, no sentido de 2º grau a situação se apresenta de forma menos dramática, embora esteja longe de ser satisfatória, pois os laboratórios, quando existem, estão montados para atender única e exclusivamente o ensino acadêmico, não podendo oferecer oportunidade para o ensino profissionalizante, tal qual exige a nova

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.

SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

Lei. (Diário de Bauru, 29/12/1972).

Já os artigos 5º e 6º contemplam as tentativas para solucionar a falta dos recursos didáticos e instrumentais para oficializar o caráter técnico do novo modelo, como pode ser observado no excerto abaixo:

Artigo 6º- O ensino de 2º grau compreende uma parte de formação geral e outra de formação especial e objetiva dar ao aluno uma habilitação profissional. Este objetivo exige oficinas, equipamentos, laboratórios, etc. Seria altamente dispendioso montá-los em todas as unidades. Mais econômica será a solução de instalá-los apenas em algumas unidades, que funcionarão como centros interescolares, recebendo alunos de várias escolas, que somente ministrarão a formação geral. Ao processo se denomina intercomplementaridade dos estabelecimentos de 2º grau. (Diário de Bauru, 31/12/1972).

Diante dos enfrentamentos por conta da reforma, as adaptações foram sendo realizadas a fim de superar os obstáculos e promover o tão esperado êxito e eficiência, portanto o respaldo vinha do setor privado (parceria público/privado). Como indicado no artigo 7º, uma das metas a serem cumpridas era:

5-Instalação dos primeiros centros interescolares para formação especial no 2º grau.

6-Efetivação de convênios com o SENAI, SENAC, PIPMO e outras entidades, visando à profissionalização para os maiores de 14 anos e à ampliação das ofertas de habilitação, do ensino de 2º graus. (DIÁRIO DE Bauru, 03/01/1973).

Por fim, o artigo 8º traz um fechamento da fala da secretária de educação Esther de Figueiredo Ferraz, e como afirma o autor, a importância do relato para informar a população sobre a lei que influenciaria o Ensino Básico de todo o país.

Pode-se concluir, a respeito dos artigos, uma abrangência, isto é, não há uma especificação sobre a lei e suas influências nas regiões do Estado de São Paulo, e muito menos citando os municípios. Tais artigos apenas caracterizam um panorama geral, verticalizado e de cunho político que apoia as medidas, uma vez que salienta as impressões positivas da reforma e diante dos obstáculos. Dessa forma o autor coloca que serão feitos os devidos reparos, e possíveis soluções serão tomadas, assumindo um discurso que atenua as verdadeiras intencionalidades políticas e econômicas que a reforma pretendia por meio da reestruturação educacional.

## A Reforma Educacional e os anúncios no *Diário de Bauru*

Concomitantemente à análise feita dos artigos no Diário de Bauru, foi realizada uma breve observação sobre os anúncios em relação ao ensino de segundo grau (técnico e profissionalizante) na cidade oferecidos por meio do jornal, no período de dezembro de 1972 a janeiro de 1973. Portanto, esse importante material pôde favorecer o entendimento do impacto da reforma de ensino para os bauruenses.

Os anúncios e divulgações propagados no Diário de Bauru referem-se aos cursos em escolas privadas (Liceu Noroeste, SENAI e Colégio São José) e também instituições públicas (Instituto Educacional Ernesto Monte, Grupo Escolar/Ginásio Madureira, Colégio Técnico Industrial- CTI), nas quais o candidato à vaga era submetido a provas ou apenas cobrado das taxas do curso em si.

É possível fazer um pareamento entre o aumento dos anúncios dos cursos com a divulgação da lei da Reforma de Ensino, pois esta declara a necessidade de um novo perfil de trabalhadores e estudantes que seriam inseridos no mercado de trabalho, com isso a valorização do aprimoramento e da qualificação técnica. Além dessa questão, é evidente que a imprensa tinha interesses em divulgar o novo modelo de ensino, de tal modo que o subsídio da educação estava atrelado às empresas, a fim de formar um cidadão para a produção, sendo que seu diploma era prova de que sua força de trabalho garantiria sua estabilidade e a consolidação de uma profissão.

Segue abaixo as fotografias de alguns dos anúncios, dentro do recorte proposto:

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.



SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

**SENAI vai formar 247 amanhã**

Realiza-se amanhã a se-  
leção de formatura. Estão se formando 43  
estudantes que concluíram mecânicos gerais, 10 ele-  
tricistas, 10 mecânicos de  
"Voto Martinis Coube", des-  
automóveis e 12 marcenei-  
ros que frequentaram os  
respectivos cursos no perio-  
do noturno. O acontecimen-  
to ocorrerá às 20 horas no sa-  
lão nobre da escola e terá  
como patrono o sr. Gui-  
lherme Fernando Greggio.  
Ali receberão seus certifi-  
cados 247 concluintes dos  
cursos que durante o se-  
mestre foram ministrados  
nos períodos noturno e  
diurno.

**CURSO DE UM ANO**  
A partir de 1973, os cur-  
sos diurnos da Escola SE-  
NAI passarão do regime se-  
mestral para o anual, o que  
equivale a dizer que em  
maio não mais ocorrerão as  
matriculas. Trata-se da  
grande necessidade da ter-  
minação profissional urgente.

**REVESTIMENTOS**  
Pedras em cores para decorações em fronteiras de  
casa e pisos — Pedreira própria do SENAI  
Goias para fachadas e pisos.  
**PISO Irregular**  
**PISO Serrado**  
**PISO Para duas gerações**  
**PREÇO DE JAZIDA NOSSA**  
Pastilhas para fachadas  
Pisos Original serrado sendo colado  
ro dia — Azulejos Branco, em cores e  
**DEPOSITO SANTIAGO**  
Avenida Pedro de Toledo

Figura 1: Anúncio 1 (Diário de Bauru, 1972, n.p)  
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2017)

No anúncio 1, há um entusiasmo no título para chamar atenção do público leitor, por meio de um número relevante de formandos de cursos técnicos promovidos pelo SENAI, incentivando assim novas inscrições.

**SENAI OFERECE A BAURU  
CURSOS E EMPREGOS**

A reportagem sobre esta  
seleção de formatura do SENAI de Bauru  
"Voto Martinis Coube" com-  
preendeu a existência de  
uma oficina técnica de  
ensino que está em estu-  
dio de abertura para a  
formação profissional de  
esta cidade. O SENAI de  
Bauru está destinado para  
a aplicação de um pro-  
grama de ensino que se  
fazem, que permita obter  
resultados.

Para os interessados,  
deve-se dirigir para  
o SENAI de Bauru, para  
receber a lista que se  
fazem, que permita obter  
resultados.

Figura 2: Anúncio 2 (Diário de Bauru, 1972, n.p)  
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2017)



Revalidando o primeiro anúncio, na sequência o anúncio acima associa a oferta dos cursos do SENAI com a propostas de empregos na cidade, sendo assim há uma valorização de tais propagandas.



Figura 3: Anúncio 3 (Diário de Bauru, 1972, n.p)  
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2017)

No anúncio 3 também apresenta cursos regulares e profissionalizantes em um colégio privado de Bauru: o Colégio São José, mantido pela Igreja Católica e, desde sua criação como grupo escolar, muito estimado na cidade.

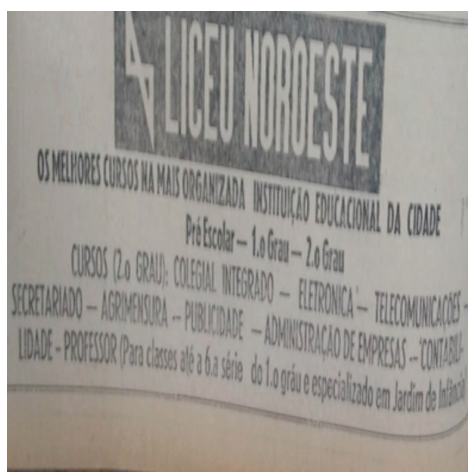


Figura 4: Anúncio 4 (Diário de Bauru, 1972, n.p)  
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2017)

SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

Outro colégio respeitado pela sociedade bauruense era o Liceu Noroeste. Tal instituição utilizou dos meios jornalísticos para divulgar o atendimento aos alunos em todos os níveis de ensino, e com a ênfase (mostrado pelo anúncio) nos cursos integrados, isto é, o ensino de 2º grau vinculado aos cursos técnicos-profissionalizantes.

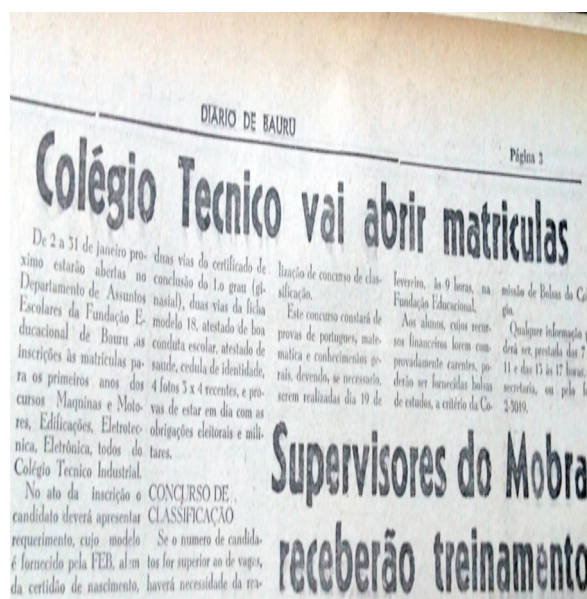


Figura 5: Anúncio 5 (Diário de Bauru, 1972, n.p)  
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2017)

O anúncio 5 contempla o Colégio Técnico Industrial – CTI, vinculado à Fundação Educacional de Bauru (atualmente vinculado à Unesp). Sendo assim, havia um processo de classificação, portanto dentre os outros anúncios de colégios particulares, o CTI era considerado o mais concorrido.

Os moldes da Reforma de Ensino eram pautados no enlace entre educação e economia, numa perspectiva tecnocrática e utilitarista, que reforça a teoria do capital humano: “Trata-se de uma tentativa de estabelecer uma relação direta entre sistema educacional e sistema ocupacional, de subordinar a educação à produção. Desse modo, a educação só teria sentido se habilitasse ou qualificasse para o mercado de trabalho.” (GERMANO, 2005, p. 176). Com isso, o ensino oficial com a ideologia de formar o senso crítico-reflexivo do aluno foi substituído por um currículo conciso e com lacunas, até mesmo na sua proposta de habilitação profissional.

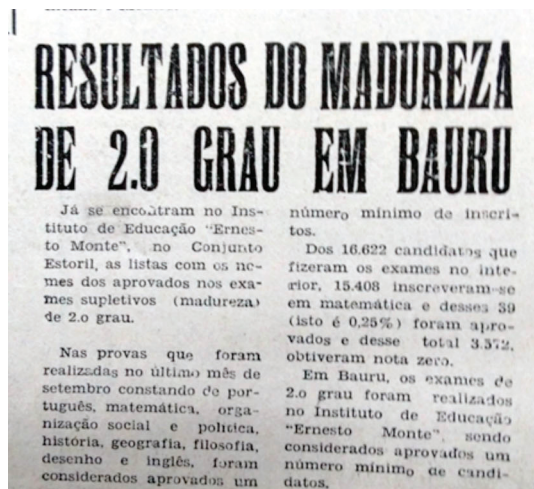


Figura6: Anúncio 6: (Diário de Bauru, 1972, n.p)  
 Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2017)

Já o anúncio 6 apresenta a divulgação dos resultados dos exames finais do ensino secundário, demonstrando ao longo da reportagem um resultado insatisfatório na cidade de Bauru.

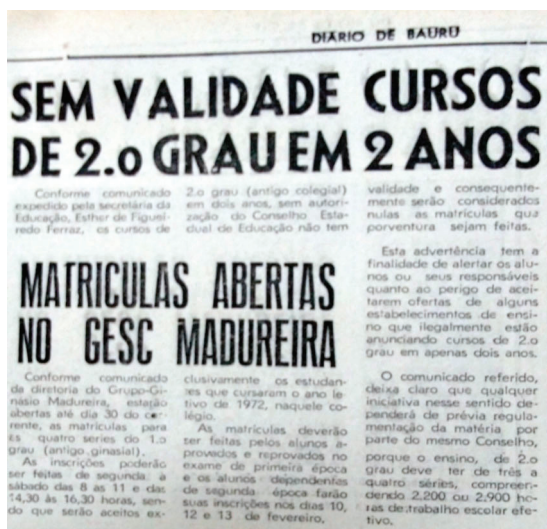


Figura 7: Anúncio 7 (Diário de Bauru, 1972, n.p)  
 Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2017)

No último anúncio, o jornal faz um alerta para os cursos sem validade de acordo com os órgãos responsáveis por suas respectivas implantações, como o Conselho Estadual de Educação.

SILVA, Nathalia de Assis;  
 GOMES, Roger Marcelo  
 Martins. *A divulgação da  
 reforma educacional no Di-  
 ário de Bauru (1972-1973)*.  
 Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
 p. 107-128, 2019.

SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

Dentre os fatores apontados, há o fracasso escolar, visto no anúncio 6, pois a reportagem aborda os exames finais do ensino secundário, definido na reportagem como madureza.

Cabe ressaltar que são mencionados os resultados nos exames finais com muita defasagem dos alunos diante dos conhecimentos gerais (língua portuguesa, matemáticas e entre outros), como é indicado no trecho: “Em Bauru, os exames de 2º grau foram realizados no Instituto de Educação “Ernesto Monte”, sendo considerados aprovados um número mínimo de candidatos”. Ainda sobre essa questão, Aranha (2006) constata:

Percebe-se que a introdução da tendência tecnicista no Brasil em meio à ditadura militar deteriorou o sistema educacional como um todo e “prejudicou, sobretudo as escolas públicas, uma vez que nas boas escolas particulares essas exigências eram contornadas.” (ARANHA, 2006, p. 315).

Apesar de a oferta dos cursos profissionalizantes em maior escala no período ser um fator evidente, não eram todos que dispunham de regularização diante o Conselho de Educação, como é possível observar no último anúncio (anúncio 7), que noticia a ilegalidade dos cursos de segundo grau de apenas dois anos, pois conforme estava presente na lei, o correto era uma duração de três a quatro anos.

Corroborando com a notícia, Aranha (2006) faz uma avaliação pertinente da Reforma, no sentido de não ter concretizado suas propostas para formar profissionais qualificados:

A obrigatoriedade de oito anos tornou-se letra morta, uma vez que não havia recursos materiais e humanos para atender à demanda. A profissionalização não se efetivou. Faltavam professores especializados, as escolas não ofereciam infraestrutura adequada aos cursos (oficinas, laboratórios, material), sobretudo nas áreas de agricultura e indústria. Daí o subterfúgio do recurso à área terciária, de instalação menos onerosa. Sem a adequada preparação para o trabalho, era lançado no mercado um “exército de reserva” de mão-de-obra desqualificada e barata, o que fez manter nossa dependência para com os países desenvolvidos. (ARANHA, 2006, p.319).

Ao analisar os anúncios apresentados, os quais foram selecionados dentre muitos outros possíveis exemplos expostos no jornal da época, o Diário de Bauru, pode-se considerá-los como amostras para indicar como a Reforma Educacional influenciou na dinâmica social e econômica da cidade Bauru.

## Considerações Finais

A reforma da educação prevista pela Lei 5.692/71, descrita na imprensa bauruense por meio de artigos elaborados pelo professor Rodolpho Pereira Lima, salienta o panorama nacional diante da lei de Diretrizes e Bases, no qual buscava valorizar o novo sistema de ensino e a necessidade da população estar informada sobre tal reforma.

Além disso, foi observada a recorrência de anúncios sobre cursos técnicos profissionalizantes, o que possibilitou estabelecer uma associação entre o interesse da imprensa local em divulgar de maneira positiva a nova reforma, pois o fato da educação estar subordinada às intenções mercadológicas, isto é, à formação de um profissional pronto, que sairia direto dos bancos escolares para a linha de produção, despertava a atenção dos empresários, sendo eles os próprios donos dos estabelecimentos de ensino que ofereciam os cursos privados, ou seja os demais empresários que contratariam os futuros trabalhadores formados nesse contexto.

Mesmo que o teor da divulgação tentasse pontuar questões positivas, como a superação de escola republicana elitista e a ampliação do ensino básico para oito anos, a reforma, foi pensada segundo uma ideologia que tornava a educação uma ferramenta para saber-fazer, e deixou de lado o saber-pensar. E, assim, falhou em ambos, e de maneira intencional.

## Referências

ALMEIDA, Antonio Figueira de. **História do ensino secundário no Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Batista de Souza, 1936.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006

BITTENCOURT, Circe M. F. Produção didática e programas de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX. **Revista da Faculdade de Educação da USP**. São Paulo: FE-USP, vol. 2, n. 15, 1989.

BRASIL. **Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.



SILVA, Nathalia de Assis;  
GOMES, Roger Marcelo  
Martins. *A divulgação da  
reforma educacional no Di-  
ário de Bauru (1972-1973)*.  
Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1,  
p. 107-128, 2019.

para o Ensino do 1º e 2º graus. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 de novembro de 2017

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1893-1971)**. São Carlos: UFSCAR, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CAPUTO, Elza Viera. **Educação e Pedagogia: um ensaio de ego-história**. Rio de Janeiro: Papel e Virtual, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: UDUSF, 1998.

CHINALHA, Roberto Milanda. **Bença Padrinho: permanências do coronelismo em Bauru (1889-1930)**. Bauru: Centro de Ciências Sociais-USC, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

DAIBEM, Isaias Milanezi. CASÉRIO, Vera Mariza Regino (Org.). **Um olhar histórico sobre a educação municipal de Bauru**. São Paulo: Secretaria Municipal da Educação de Bauru, 1996.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006

LOSNAK, Célio José. **Jornalismo e Política na Cidade**. In: Inter-

com–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação **V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v.94. (Atualidades Pedagógicas), 1964.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo – 1889-1910**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O Ensino Secundário no Império Brasileiro: Considerações sobre a Função Social e o Currículo do Colégio D. Pedro II**. In: UnC/UNICAMP-Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005.

SILVA, Nathalia de Assis; GOMES, Roger Marcelo Martins. *A divulgação da reforma educacional no Diário de Bauru (1972-1973)*. Mimesis, Bauru, v. 40, n. 1, p. 107-128, 2019.